



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

MODELO DE RELATÓRIO FINAL DAS ETAPAS

Todos os campos são de preenchimento obrigatório.
Após preenchimento, enviar para o e-mail: relatorio@conseg.gov.br

Bloco I – Dados da Etapa

1. Marcar com um “X” o tipo de Etapa realizada:

Seminário Temático	
Conferência Livre	X
Conferência Municipal Eletiva	
Conferência Municipal Preparatória	
Conferência Estadual	
Conferência Regional	

2. Informar os locais e data de realização da Conferência:

Local: Fundação Joaquim Nabuco -Sala Calouste Gulbenkian – Av 17 de agosto, 2187 Casa Forte
UF: Estado de Pernambuco
Município: Recife
Data: 11 a 14 de maio de 2009 – Sessões Temáticas e Assembleia Geral, e Assembleia Extraordinária, no dia 20 de maio de 2009, para aprovação final de propostas.

3. Anexar lista completa dos participantes da Etapa:

Número	Nome Completo
1	ADRIANA CARLOS FERREIRA
2	ALBANICE SANTOS PINHEIRO GONÇALVES
3	ALDINEIDE ALVES AFONSO
4	AMILTON VIDOTTO
5	ANA GORETTE DE MENÊSES
6	ANA LÍVIA FERNANDES SANTOS
7	ANA LUIZA RODRIGUES COSTA

8	ANA MARIA OLIVEIRA DE MOURA
9	ANA VÍRGÍNIA LIMA HENRIQUES
10	ANDRÉ CARNEIRO LEÃO
11	ÂNGELA MARIA PONTES DOS SANTOS
12	ANTONIO ROBSON MACIEL DE AQUINO
13	ARISTÓTELES CUSTÓDIO DA SILVA
14	ARY SEVERINO DOS ANJOS
15	AURICEA FERREIRA DOS SANTOS
16	BARBARA MONIQUE S. DA SILVA
17	BERNADETE ALVES DOS SANTOS
18	CAMILA LAÍS GONZAGA LUCENA
19	CAMILA LOPES SANT'ANA
20	CARLOS ALBERTO FERREIRA DE BRITO
21	CARLOS ANTÔNIO ALVES DE FREITAS
22	CARMECINDA MARCELINA DOS SANTOS
23	CARMEM LÚCIA DE A. SILVA
24	CÉLIA MARIA DA SILVA
25	CÉLIO SANTOS
26	CÍCERO EVERTON GOMES SOARES
27	CLEONICE DA SILVA VIANA
28	CRISTIANE ROBERTA VIEIRA SILVA
29	DAVIDSON GOMES SILVA SANTOS
30	DESIDÉRIA MARIA DE MACÊDO
31	DULCIDALVA CRUZ DA COSTA
32	EDNEIDE CESARIO
33	EDVALDO VITÓRIO DA SILVA
34	EDVANY MARIA DE OLIVEIRA E SILVA
35	ELIENE VAREJÃO DE ANDRADE

36	ELIZABETH RIETRA ROMERO
37	ELMA CRISTINA DA SILVA MONTEIRO
38	EMIDE'ANNE CRISTINA DO S. ALMEIDA
39	FÁTIMA DO NASCIMENTO SILVA
40	FERNANDO FERREIRA DE MELO
41	FLÁVIA VERÔNICA DE LIRA MELO
42	FRANCINETO DOS SANTOS LIBERATO PEREIRA
43	FRANCISCO DE FIGUEIREDO MATOS JÚNIOR
44	FRED DE ALMEIDA CALDAS
45	GEORGE JOSÉ FELICIANO DOS PRAZERES
46	GEORGIA FRANÇA DE ALMEIDA
47	GERALDO SEVERIANO DA SILVA
48	GILDO JOSÉ DA SILVA
49	GILVETE CRISTINA FERREIRA DE BRITO
50	GISELE MARIA DE SOUZA
51	HÉRCULES GONÇALVES DOS SANTOS
52	HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO
53	IÊDA CUSMÃO MUNIZ
54	IRATAN DIAS DE SOUZA
55	IRIS MARIA VIEIRA DE LIMA
56	IRONEIDE DINIZ DE ARAÚJO M. SILVESTRE
57	ISABEL CRISTINA FERREIRA
58	ISAURA DE ALBUQUERQUE CÉSAR
59	ITAMAR MANOEL FREIRE DA SILVA
60	IVONE JOSÉ DE FRANÇA
61	IZABEL CRISTINA SAMPAIO GUIMARÃES
62	JAMESSON TAVARES DA SILVA

63	JANDIRA MARCELINO DOS SANTOS
64	JANDUIR FERREIRA DO NASCIMENTO
65	JOÃO ORLANDO ALVES
66	JOSÉ CARLOS RAMOS DA SILVA
67	JOSÉ IEDO CAVALCANTI FERRAZ FILHO
68	JOSÉ MARCOS FALCÃO DE SOUZA
69	JOSÉ NIVALDO DA SILVA
70	JOSÉ PIRES DE SOUZA FILHO
71	JOSÉ RICARDO FERREIRA DE LIMA
72	JOSE ROBERTO DA SILVA
73	JOSÉ ROBERTO VIEIRA DE LIMA
74	JOSEILDA CAVALCANTE DE MELO
75	JOSIAS SILVA JUNIOR
76	JÚLIA ROCHA
77	KATIA MARIA DE CAVALCANTI
78	KRISNAMOURTH S. FERREIRA
79	LAUDECINA ALVES PEREIRA
80	LEIDA MARIA LOPES
81	LENILSON BATISTA
82	LÍDICE CARDIM BRITTO
83	LILIANE MEDEIROS DOS SANTOS
84	LINDINALVA ETELVINO DE SOUZA
85	LORENZA PINTO LEMOS
86	LUCYLVIA MARIA CORDEIRO DA SILVA
87	LUIZ FELIPE DA SILVA
88	LUIZ LIRA FILHO
89	LUIZA MARIA RODRIGUES COSTA
90	MARCOS AURÉLIO RAMOS DA SILVA

91	MARGARIDA JERÔNIMO DA SILVA
92	MARIA ALELUIA MARANHÃO
93	MARIA ANGELITA PATRÍCIO BEZERRA
94	MARIA APARECIDA SARMENTO MAIA
95	MARIA BETÂNIA GOÊS
96	MARIA CAROLINA BATISTA GOMES
97	MARIA CRISTINA CAMPOS GOMES
98	MARIA CRISTINA LIMA
99	MARIA CRISTINA SOUZA DOS SANTOS
100	MARIA DA GLÓRIA PAULO DOS SANTOS
101	MARIA DA LUZ SABINO MOTTA
102	MARIA DE FÁTIMA FERNANDES DIAS
103	MARIA DE FÁTIMA P. A FRANÇA
104	MARIA DE FÁTIMA P. P. DO RÊGO
105	MARIA DE FÁTIMA PESSOA PAIVA DO RÊGO
106	MARIA DE LOURDES ARAÚJO LUNA
107	MARIA ELIANDE ANDRADE COSTA E SILVA
108	MARIA INEZ LIMA DE ALMEIDA
109	MARIA JOSÉ BEZERRA DE FRANÇA
110	MARIA JOSÉ DA COSTA XAVIER
111	MARIA JOSÉ DAS CHAGAS
112	MARIA JOSÉ DE LIMA
113	MARIA LEMOS DE ANDRADE
114	MARIA LUÍZA TAVARES NETA
115	MARLUCE M. DE SOUZA
116	MICÉLIA NASCIMENTO DA SILVA
117	MONICA TEREZA N. DOS SANTOS
118	NADJAIR MARIA CHAVES

119	NATÁLIA REGINA BORBA DE SÁ
120	NEUZA F. CONCEIÇÃO
121	NIVALDO DE OLIVEIRA JÚNIOR
122	NIVALDO NETTO
123	PATRICIA CARLA LIMA DE OLIVEIRA
124	PAULA BEATRIZ DE SOUZA MAFRA
125	PEDRO AUGUSTO PRUDÊNCIO DE C. FILHO
126	PETRÔNIO GERALDO DO RÊGO VALENÇA FILHO
127	RAIMUNDO FERREIRA DE ARRUDA
128	REGINALDO PEREIRA DE ALMEIDA
129	RENATO PINTO DE MEDEIROS
130	RICARDO ANDRADE DE ALBUQUERQUE
131	RICARDO FABRÍCIO DE ANDRADE BARBOSA
132	RICARDO LIMA DO NASCIMENTO JÚNIOR
133	RICARDO RAPOSO DA COSTA PEREIRA
134	RILDO MANOEL CARDOSO
135	ROSA MARIA MACHADO DE LIMA CASTRO
136	ROSALBA DA SILVA BARROS
137	RUDRIGO RAFAEL SOUZA E SILVA
138	RUSTENBERG ANTÔNIO DA SILVA
139	SANDRA TRAJANO DA SILVA OLIVEIRA
140	SEBASTIÃO CÂNDIDO
141	SILVIO ROBERTO PEREIRA DA COSTA
142	SÔNIA MARIA DE ANDRADE NASCIMENTO
143	SUELI MENÊZES PÊSSOA DA COSTA
144	SUZANA TELLES ALVES VELOSO
145	TERESA S. DE OLIVEIRA MELO SILVA

146	VANETE ALMEIDA
147	VERA LÚCIA MARIA DE SOUZA
148	VERA LÚCIA MONTENEGRO BURGOS
149	VERA LÚCIA VICENTE DA SILVA
150	VERONICA MARIA DE OLIVEIRA
151	VIANEIDE MARIA DA SILVA
152	VLADEMIR MARINS
153	WILMAR VARGÃO GAMA
154	YARA MARCELINO DOS SANTOS
155	ZULEIDE LIMA DE OLIVEIRA

4. Listar as organizações que coordenaram a Etapa:

Fundação Joaquim Nabuco
Associação Juízes para a Democracia
Movimento Nacional de Direitos Humanos - Pernambuco

5. Dados do responsável pelo preenchimento deste relatório:

a. Nome completo: Ronidalva de Andrade Melo
b. Organização: Fundação Joaquim Nabuco – Diretoria de Pesquisas Sociais
c. E-mail: roni@fundaj.gov.br
d. Telefones (com DDD): (081) 30736514

Bloco II – Propostas

1. Breve descrição analítica da Etapa

A Conferência Livre – A Prisão como Instrumento de Segurança Pública foi aberta, no dia 11 de maio de 2009, às 17h, pelo Diretor de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, Morvan de Melo Moreira e pela Coordenadora Geral da Conferência Livre, pesquisadora Ronidalva de Andrade Melo. Na ocasião, compondo a mesa, se pronunciaram o Juiz DR. Eides dos Prazeres França representante da Associação Juízes para a Democracia – Pernambuco,

Secretário de Ressocialização do Estado de Pernambuco, CelRRPM Humberto Viana; a representante da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Dra. Zuleide Lima de Oliveira; o representante da Polícia Militar de Pernambuco, Cap José Pires de Souza Filho; o representante de Pastoral Carcerária Nacional, Pe. Valdir João Silveira; que parabenizaram os organizadores pela iniciativa e, ressaltaram a importância da temática “a prisão como instrumento de segurança pública”, objeto de reflexão e debate da Conferência. O Secretário de Ressocialização do Estado, Cel Humberto Viana, aproveitou a oportunidade para falar sobre os entraves que dificultam o gerenciamento do Sistema Prisional, recomendando aos presentes não apresentar propostas para o Sistema que fujam à realidade, advertindo que “na prisão, não há lugar para utopias”.

Em seguida, foram realizadas as palestras: Fraternidade e Prisão, proferida pelo Frei Aloísio Fragoso, OFM, e Fraternidade e Segurança, pelo Pe. Valdir João Silveira, Coordenador da Pastoral do Estado de São Paulo, que articularam a temática geral da Conferência, prisão, com a Campanha da Fraternidade do ano de 2009, da Igreja Católica, Fraternidade e Segurança Pública. Nelas, foi dada ênfase à ética cristã e ao compromisso da fraternidade com a prisão, sendo revelado que a análise da produção de um sistema que se mostra sempre ineficaz para realização da segurança motivou a indicação desse tema para a campanha da fraternidade.

Ao final, os participantes foram convidados para um coquetel, sob a advertência de retorno aos trabalhos, no dia seguinte, às 8:h30min.

Durante os três dias seguintes da programação, foram discutidos e debatidos cinco temas:

1.Segurança na Prisão - dia 12/05/09, das 8h30min às 12h10min, mesa presidida por Ronidalva de Andrade Melo – Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco. De acordo com a metodologia, durante 40 minutos, o relator Carlos Antônio de Magalhães, Coordenador da Pastoral Carcerária de Sergipe e Presidente do Conselho da Comunidade de Sergipe, falou sobre a situação da segurança na prisão na atualidade,

chamando a atenção para a necessidade de cumprimento da Lei das Execuções Penais e de se mudar o paradigma atual da justiça na prisão: de justiça punitiva para justiça restaurativa. Nesse sentido, propôs haver mais ênfase na ressocialização, a partir da implementação de políticas públicas e de oportunidade de emprego. Ressaltou que essa força de ressocialização dentro das prisões deve ser maior que em qualquer escola, para que se possa requalificar o indivíduo privado da liberdade.

O conferencista, Pe. Valdir João Silveira, Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária e Coordenador da Pastoral Carcerária de São Paulo, fez uma análise da prisão, desde o século XIX aos dias atuais, apontando o fracasso dessa instituição por nunca ter atingido o seu objetivo. Advertiu que a prisão funciona como puro castigo e que foi considerada, pelo estudioso Michael Foucault, perigosa e inútil. Afirmou que a sanção nunca teve caráter ressocializador. Esclareceu que o discurso da ressocialização só serve de discurso para as pessoas fora do cárcere, pois lá no cárcere o preso não é visto como sujeito de direito, mas como objeto do Sistema. E indagou aos presentes: Qual a finalidade da prisão hoje? Como a sociedade entende a prisão? Respondeu, indicando dois paradigmas que permeiam o entendimento da prisão: o paradigma que advém do capitalismo selvagem, em que o sujeito pobre é vítima e, por isso, comete delitos. Nessa compreensão social, o problema dos crimes é a favela, bandido não é cidadão, deve-se aumentar o número de policiais. E o paradigma no qual a segurança pública pode ser cidadã, requerendo a participação da sociedade. Nesse caso, a prisão, no âmbito da segurança pública cidadã, deve ser pensada para que não deseduque, não torne o preso pior. As unidades prisionais devem ser construídas, obedecendo a estudo que compreenda desde o impacto ambiental ao impacto social, com articulação entre as instâncias, principalmente a municipal, sendo prevista verba de compensação para o município, uma vez que a

construção de uma unidade prisional afeta o transporte, a hospedagem, a estrutura de saúde e de segurança. Para o bom funcionamento de unidades prisionais deve haver no local: Fórum, segurança externa, inclusive para escolta de presos, juiz corregedor que cumpra a LEP, fiscalização do Ministério Público, Conselho da comunidade, de acordo como o art. 80 da LEP, além de mediadores de conflitos: tudo o que possa configurar uma justiça restaurativa. Por fim, questionou o dever ser da prática suscitada pelo tema.

Seguiu-se um lanche e o retorno ao debate, durante 1h20min, intenso e participativo, totalmente direcionado aos problemas elencados para o tema.

2. Estrutura Física e Administrativa na Prisão, dia 12/05/09, das 14h30 min às 18h30min, mesa presidida pela Dra. Maria Helena Fontes de Carvalho, promotora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco. Durante 40 minutos, o relator, Nivaldo de Oliveira Jr., Presidente da Associação dos Servidores Penitenciários de Pernambuco, discorreu sobre a situação das condições de trabalho e de reconhecimento profissional dos servidores das prisões, destacando as especialidades dos agentes penitenciários na prisão, a estrutura administrativa e as deficiências materiais por que passa a prisão.

A conferencista, Dra. Kenarick Boujikian Felliipe, Juíza do Tribunal de São Paulo e Co-fundadora da Associação Juízes para a Democarcia - SP, analisou o atual sistema penal como reflexo da equação do Estado neoliberal com o Estado policial. Reflexo que transforma a prisão em guetos. Abordou a questão do preconceito existente até com as pessoas que trabalham nas prisões, trazendo informação sobre a questão dos espaços prisionais, a partir do corte de gênero, dados importantes sobre a questão das mulheres nas prisões, e a ação da sociedade em defesa de questões pertinentes ao preso, como o direito ao voto. Ressaltou que Segurança Pública se situa no âmbito dos direitos humanos e que a característica principal dos direitos humanos é

a universalidade. Afirmou ser a Segurança Pública uma questão de democracia, em que as identidades devem estar bem estabelecidas. No Sistema Penitenciário, deve haver a fixação de papéis de cada um que lá trabalha. Esse todo tem que ter um princípio, e esse princípio fundamental já está determinado: é a dignidade humana. Chamou a atenção para uma tendência de poder que quer privatizar as prisões, através das parcerias público privado, PPPs, em que há menos Estado econômico e social para se ter mais Estado neoliberal.

Após as considerações da conferencista, seguiu-se um lanche e o retorno ao debate, durante 1h30min.

3. Educação na Prisão, dia 13/05/09, das 8h30min às 13h. Mesa presidida pelo Dr. Cícero Bitencourt, Juiz da 2ª Vara das Execuções Penais. Com essa sessão, iniciaram-se os trabalhos do terceiro dia da Conferência Livre. Durante 40min o relator, Professor Heleno de Araújo Filho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco, falou sobre a situação da educação no país, apresentando dados sobre as condições de trabalho e a condição salarial dos professores. Também destacou a forma como a educação precisa ser conduzida nos espaços prisionais, reclamando gratificação para os professores nos mesmos índices dos agentes penitenciários, assim como gestão democrática com mais recursos e maior valorização dos profissionais da educação.

A conferencista, Profa. Maria de Nazaré Zenaide, expôs que os gestores prisionais não são da carreira, não havendo pessoas qualificadas para gerir o sistema penitenciário. Ao fazer referência à saúde mental do preso, do pessoal que trabalha na prisão e à cidadania no interior das prisões, afirmou que lá existe uma realidade de exclusão social pelo não reconhecimento do outro como sujeito de direito, questionando: será que a função da prisão é só punitiva? Ao que respondeu, discorrendo: o que há é a banalização da vida. A sociedade precisa refletir. A classe média não está cumprindo pena privativa de

liberdade. A educação é um direito. Na lógica da atualidade, o aprisionamento é mais importante que a educação. Em 1996, quando foi iniciado o Programa Nacional de Direitos Humanos havia orientação de se focar a educação para os profissionais pela situação de abuso do Estado. Não se pode só governar. A educação não é só escolarização, é preciso educar para respeitar o outro como sujeito de direito. Um conjunto de órgãos deve estar monitorando as prisões, para que deixem de ser espaço de violência para ser espaço de cidadania. Precisa-se inverter a lógica do encarceramento, abrir salas de aula para todos. A educação na prisão também tem de focar a educação para o trabalho, educação profissional. A educação na prisão tem a ver com a saúde na prisão, não pode ser um espaço que adoeça todo mundo. A idéia não é a de oferecer instrução, é a de oferecer crescimento, na perspectiva emancipatória, de trabalho e acesso à justiça. Hoje, nas prisões, a educação não é colocada como eixo, como ação estruturante, nem o trabalho nem a saúde. As ações que podem mudar o sistema penitenciário: educação, saúde e trabalho não são vistas como eixos. Até mesmo na formação universitária há o descolamento entre teoria e prática, não se fala em prisão. As universidades têm de discutir sobre a educação na prisão, educação inclusiva. Os conflitos internos que se verificam na prisão, são problemas de todos. Existe a co-responsabilidade social. A ação estatal no sistema prisional tem de ser estruturante e monitorada pela sociedade. O Estado tem que se responsabilizar pela inserção do preso no mercado de trabalho, A educação pode desconstruir a banalização da violência..

Após o pronunciamento da Dra. Maria Nazaré Zenaide, houve um intervalo para o lanche e o retorno ao debate, durante 1h30min, intenso e participativo, totalmente direcionado aos problemas elencados para o tema.

4. Direitos na prisão, dia 13/05/2009, das 14h30min às 18h. Mesa presidida pelo Rev. Manoel Moraes, Coordenador do Movimento

Nacional de Direitos Humanos – Pernambuco. Durante 40 minutos, a relatora, Sra. Wilma Waldomiro de Carvalho de Melo, representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos e Presidente do Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões, apresentou denúncias históricas do Sistema Prisional e demonstrou como o Sistema atua contrariando toda a perspectiva de humanização da pena. Mostrou a participação da sociedade civil em lutas contínuas em prol do cumprimento da Lei de Execuções Penais nas prisões de Pernambuco.

O conferencista, Dr. Luciano Mariz Maia, Procurador Regional da República – 5ª Região, se reportou à prática contumaz da tortura nas prisões, alegando a dificuldade de se provar e punir os crimes de tortura. Dividiu seu tempo de 40 minutos dedicado ao tema com o Promotor da 1ª Vara de Execuções de Pernambuco, Dr. Marcellus de Albuquerque Ugietti, que trouxe informação sobre a questão dos espaços prisionais dedicados ao cumprimento da Medida de Segurança, apresentando um filme de 12 minutos sobre a vida de encarcerados nas instituições de custódia. Tomaram ainda parte da explanação, a Dra. Maria do Socorro Leite de Paiva, que informou sobre a criação de um grupo de trabalho que cuidará das questões de execução penal, sob a coordenação de pessoas que formam a Procuradoria Geral da República, com o foco dirigido para a questão prisional. Também foi dada a palavra a Defensora Pública, lotada na 1ª Vara de Execuções de Pernambuco. Dra. Maria Helane Malheiros César que narrou o impulso de trabalho que está dando às questões processuais da Penitenciária Professor Barreto Campelo.

Após o intervalo para o lanche, foi realizado o debate.

5. O Mercado livre e ilícito nas prisões - dia 14/05/2009, das 9h às 13h. Mesa presidida pelo Dr. Eudes dos Prazeres França, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Pernambuco e membro da Associação Juízes para a Democracia. Abrindo a sessão de tema O Mercado Lícito e Ilícito nas Prisões, a relatora, Sra. René Patriota, militante dos direitos

humanos, com atuação marcante na área prisional e na área da saúde, Coordenadora Executiva da Associação dos Usuários dos Planos de Saúde, trouxe informações sobre o mercado nas prisões. Desde a venda de serviços sexuais como pagamento de dívidas, a questões da falta de fiscalização de produtos, que, em sua maioria, estão fora do prazo de validade e sem nota fiscal. Denunciou ser o espaço prisional local onde se pratica um comércio de tudo o que é proibido no âmbito das prisões, portanto, esfera de total ilegalidade. Chamou a atenção para a quantidade de dinheiro que circula nas prisões, para a profunda desumanidade que há na vida prisional, e para a lucratividade que as atividades comerciais trazem para quem delas participa. Ressaltou que o comércio é feito por pessoas empreendedoras, de mente capaz. E, ainda, que nas prisões se comercializa tvs, aluguel de banho de sol, aluguel de parentes, de cama, bujão de gás, em um ambiente de favores e trocas. Expôs a falha do Estado por não suprir as necessidades das pessoas privadas de liberdade e indagou: por que há venda de alimentos no presídio? Por que se vende maconha? Que fiscalização ocorre dos produtos? Mostrou indignação ao falar sobre o entendimento de que a maconha acalma o preso. Concluiu dizendo que se a sociedade civil fosse organizada, seria diferente e desafiou a direção das unidades prisionais a promoverem uma gestão onde as drogas sejam absolutamente interditadas no espaço prisional. Por fim, alertou para o ridículo de o Estado propor presídio para jovens.

O conferencista, Promotor de Justiça, Marco Aurélio Farias da Silva, do Ministério Público de Pernambuco, iniciou sua fala dizendo das dificuldades concernentes à LEP, que surge em cenário da ditadura com a proposta de fazer cumprir a sentença, como se a sentença fosse um fim em si mesma. Uma lei reducionista que, após 1988, ficou subordinada ao Estado. Chamando a atenção para a ausência de lei, a anomia, esclareceu que jamais houve regulamentação do regime aberto. Sobre esse fato, salientou que a sociedade tem se organizado,

mas a pressão social não é adequada ou necessária e que, enquanto a regulamentação não existe, prevalece a lei do mais forte. Considera importante o cidadão se dispor ao debate, ao exercício da cidadania ativa e reflete que, na sociedade brasileira, o valor da dignidade humana do preso é algo a se trabalhar, o que significa dizer que mesmo estando preso o indivíduo continua sendo sujeito de direito. Salientou que é através da satisfação das necessidades humanas que se pode prevenir o sofrimento. Afirmou ser possível implantar o Estatuto do Preso e que uma das finalidades em se tirar a liberdade do indivíduo é a de fazer com que a atividade criminosa cesse, mas que o mercado favorece a criminalidade. No seu entendimento, o Estado que coloca na função de chaveiro, por exemplo, um membro de grupo de extermínio, a este, vai dar condições de acesso não só ao mercado interno, mas também ao externo. Assinalou que o encontro conjugal não é mercado, é uma necessidade humana e assim deve ser entendida na prisão e que quando se diz que a droga ajuda a acalmar o preso, não se pode concordar com esse argumento. Indagou: quanto de mercadoria entra no sistema prisional? Esclareceu que no sistema prisional existe o mercado e o mercado não é regulamentado e não é fiscalizado pela Secretaria da Fazenda Estadual. Em relação à compreensão que se tem da prisão, ponderou que a própria sociedade acaba por acreditar em falácias, informando que em São Paulo, após ação do Ministério Público, a imprensa pode entrar e filmar as prisões. Lembrando ser urgente e necessário se rever a questão jurídica das pessoas privadas de liberdade, concluiu dizendo que o mercado implica dívidas que ocasionam morte, pela cobrança: o mercado é uma mola da criminalidade.

Ao final, os participantes apresentaram em plenária as suas proposições, debateram e priorizaram as contribuições que seguem neste Relatório.

6. Assembleia 1- Dia 14/05/09, das 14h3min às 19h25min. Coordenada pela Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, Ronidalva de Andrade Melo, que abriu os trabalhos, solicitando ao Rev. Manoel Moraes, Coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos – PE, apresentar o texto-base da Conferência Nacional de Segurança Pública. Após análise e debate em que foram articulados os conteúdos do texto-base da Conferência Nacional de Segurança Pública com o texto-base da conferência livre “A prisão como instrumento de segurança Pública”, a coordenação deu início aos trabalhos de escolha de propostas, princípios e diretrizes, orientando sobre a dinâmica dos trabalhos: cada debatedor dispôs de três minutos para fazer sua proposta e defendê-la, reservando-se o mesmo tempo para os participantes solicitarem destaque, defenderem ou contraditarem a proposta. As propostas aprovadas resultaram de um amplo debate, no qual foi eleito por aclamação um princípio geral e diretrizes que irão subsidiar à Conferência Nacional de Segurança Pública, assim como propostas, princípios e diretrizes sobre os temas: segurança na prisão, Estrutura física e administrativa na prisão; Educação na prisão, Direitos na prisão, Mercado livre e ilícito na prisão.

Para o tema Segurança na Prisão foram aprovados: 17 propostas, 8 princípios e 23 diretrizes, que se mostram devidamente condensadas no espaço próprio deste relatório para o registro de princípios, diretrizes e propostas. Terminado o trabalho sobre o tema Segurança na Prisão, considerando do-se o adiantando da hora e a quantidade de propostas já sistematizadas, a partir dos documentos entregues pelos participantes, houve um consenso de que deveria ser adiada a continuidade da Assembléia para o dia 20/05/09 às 8h30,min, no mesmo local quando as demais propostas, princípios e diretrizes seriam apreciadas.

7. Assembleia 2 – Dia 20/05/09, das 8h30min às 13h, coordenada pela pesquisadora Ronidalva de Andrade Melo que, da mesma forma pactuada na assembleia anterior, esclareceu quanto ao tempo e a apresentação de propostas, discussão e debates, foram aprovadas para o tema Educação na prisão: 14 propostas, 6 princípios e 15 diretrizes. Na mesma ocasião, foi trabalhado o tema Mercado informal e ilícito na Prisão para o qual foram aprovadas: 7 propostas, 1 princípio e 8 diretrizes. Novamente face ao adiantado da hora, a assembleia consensualmente, resolveu atribuir à coordenação de evento poder para, observando a orientação que norteou as escolhas das propostas anteriores, definisse quais as propostas sobre Estrutura Física e Administrativa na Prisão e sobre os Direitos na Prisão que se apresentavam com mais indicações, retirando aquelas que se mostravam incompatíveis com o entendimento hegemônico presente nas discussões anteriores. Para garantir o espírito de trabalho coletivo, a coordenação optou por enviar todas as propostas restantes, por e-mail a todos os participantes, solicitando-lhes que respondessem dizendo que propostas aprovavam, quais modificariam, mandando a redação desejada e quais retirariam do elenco exposto. O retorno dessa solicitação foi muito pequeno, razão por que criou-se uma comissão formada pelo Juiz Dr. Carlos Magno Cysneiro Sampaio, o Juiz Dr. José Viana Ulisses Filho, o Promotor de Justiça Marco Aurélio de Farias, a Dra. Ana Elisabete Bezerra servidora da Fundação Joaquim Nabuco e a Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco Ronidalva de Andrade Melo, da qual foram aprovadas 27 propostas, 8 princípios e 32 diretrizes. Referentes ao tema Estrutura Física e Administrativa na Prisão; sob o mesmo critério foram escolhidas 23 propostas, 3 princípios e 6 diretrizes que dizem respeito ao tema Direitos na Prisão.

8. Resultado Final

A Conferência Livre apresentou importantes resultados por ter contado com a valiosa presença das instituições que compõem o sistema de segurança e justiça: Secretaria de Ressocialização do Estado de Pernambuco, Secretaria de Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação de Pernambuco, Ordem dos Advogados do Brasil, Polícia Militar de Pernambuco, Procuradoria Regional da República – 5ª Região, Defensoria Pública, Ministério Público de Pernambuco, Tribunal de Justiça de Pernambuco, Polícia Civil de Pernambuco e por ter contado com a imprescindível participação da sociedade civil, através de ongs filiadas ao movimento de Direitos Humanos, organizações comunitárias, movimento de mulheres, de homossexuais, Pastoral Carcerária de Pernambuco, Sindicatos, grupos religiosos, estudantes, técnicos e agentes penitenciários, assistentes sociais, estudiosos, todos desfrutando da oportunidade de exercerem uma participação ativa, com voto e voz garantidos, discutindo, amplamente, a prática prisional: apresentando sua mazelas e buscando soluções de curto, médio e longo prazos deixando tudo devidamente registrado, quer seja através do documento de sugestões de propostas, princípios e diretrizes, quer seja através da transmissão, em tempo real, realizado pela internet, que se manterá gravada na página do projeto Oficina de Segurança, Justiça e Cidadania no site: www.fundaj.gov.br/oficina

A avaliação da Conferência Livre foi muito positiva, sendo considerada por alguns participantes como um conjunto substantivo de subsídios para uma política de Segurança Pública tanto dirigida à nação, como especialmente direcionada, ao Governo do Estado de Pernambuco

Ao final, os participantes pediram atenção no encaminhamento das suas propostas à Conferência Nacional e ao Governo do Estado, dispondo-se a acompanhar os organizadores da Conferência, na entrega ao Governador de Pernambuco, Dr. Eduardo Henrique Accioly Campos, do documento final da Conferência que conterá além dos princípios e diretrizes exigidos pela organização da Conferência Nacional de Segurança Pública, todas as

propostas afirmadas sobre os cinco temas em submetido ao intenso debate e que aqui passamos a expor:

1. Propostas para a Segurança na Prisão:

1. *Acabar o problema da superlotação*
2. *Quadro de segurança compatível com lotação e estrutura física*
3. *A segurança não usar armas dentro da prisão*
4. *Melhorar a estruturação do espaço físico das unidades prisionais*
5. Aumentar controle da entrada de drogas lícitas nos presídios
6. Criar mecanismos de controle para o acesso a bens materiais no sistema prisional, reprimindo o “pedágio”, responsabilizando por esta prática a administração penitenciária
7. Otimizar a participação dos atores envolvidos com o sistema prisional: Defensoria Pública, Conselho penitenciário, Ministério Público, Corregedoria, Ouvidoria, Familiares, Judiciário
8. Acabar com a função dos chaveiros
9. Observância as Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiro
10. Efetivação do Controle Social sobre o setor de segurança das unidades prisionais
11. A segurança deve ser exercida para proteção dos presos, funcionários, familiares e visitas
12. A guarda interna das prisões seja atribuição exclusiva dos agentes penitenciários e A guarda externa dos policiais militares, de acordo com a lei
13. Sensibilizar os funcionários do sistema prisional para mudança de consciência quanto ao tratamento dos presos
14. Formular política pública de segurança penitenciária
15. Modificar a forma de indicação de diretores e técnicos para os presídios
16. Promover a humanização do sistema
17. Valorização dos profissionais de segurança e técnicos

2. Propostas para A Estrutura Física e Administrativa na Prisão

1. Formular e implantar programa de capacitação para agentes penitenciários, policiais militares e demais funcionários do Sistema Penitenciário;
2. Criação de espaços adequados para funcionamento das prisões;
3. Administração transparente;
4. Classificar as unidades prisionais em favor das características do homem e tipo de criminalidade;
5. Construção de mais presídios;
6. Constar do planejamento humanização de todos os agentes penitenciários;
- 7 Oferecer trabalho social;
8. Dotar as unidades prisionais de enfermarias devidamente equipadas e com pessoal de saúde permanente;
9. Prestação de contas, mensalmente, com transparência, em portal do governo específico para o Sistema Penitenciário;
10. Dotar as unidades prisionais de vestiários femininos e masculinos;
11. Dotar as unidades prisionais de ambientes de leitura e lazer;
12. Dotar as unidades prisionais de Ouvidoria;
13. Implantar Plano de Cargo e Carreira para os funcionários do Sistema Penitenciário;
14. Ampliação do quadro técnico de funcionários do Sistema;
15. Ter como filosofia: administração voltada para a regeneração e ressocialização dos presos;
16. Otimizar o acompanhamento psicológico;
17. Oferecer oficina de trabalho para todos as pessoas privadas de Liberdade;

18. Incluir na estrutura organizacional espaço próprio destinado à convivência familiar;
19. Criar espaços ecumênicos para as religiões;
20. Planejar e administrar, buscando alcançar meta de eficiência; transformação contínua e melhorias;
21. Implantação de sistema de monitoramento de gestão e avaliação dos gestores por desempenho e resultados;
22. Viabilizar condições adequadas de manutenção para o cumprimento da pena;
23. Condições dignas de trabalho para os funcionários do sistema penitenciário;
24. Assistência psicológica para todas as pessoas que trabalham dentro das unidades prisionais;
25. Instituir Portal Penitenciário;
26. Acabar com o problema da superlotação existente nas unidades prisionais;
27. Melhorar a estruturação e distribuição dos espaços das unidades prisionais;
28. Criar espaços de convivência para agentes penitenciários e demais técnicos;
29. Aperfeiçoar gestão material, financeira e de recursos humanos, dotando as unidades de condições necessárias de funcionamento;
30. Prever administrativamente apuração para excessos no tratamento às pessoas privadas de liberdade;
31. Implantar Sistema de monitoramento trimestral através de Conselho formado por cinco familiares de presos, um membro do Ministério Público, um membro do Poder Judiciário, um membro da Defensoria Pública, um membro de Instituição da sociedade civil organizada;
32. Sistematizar o transporte de presos para audiências de acordo com o horário de funcionamento do Fórum;

33. Oferecer tratamento especializado a presos doentes pelas drogas lícitas e ilícitas;
34. Acabar com a função dos chaveiros;
35. Criar e implantar o estatuto da pessoa privada de liberdade.

3. Proposta para a Educação na Prisão

1. Garantir o acesso à educação de boa qualidade para todas as pessoas privadas de liberdade
2. Criar parque escolar de forma a desmistificar a visão autoritária promovendo a integração dos segmentos envolvidos com a prisão;
3. Oferecer formação inicial, continuada e sistemática aos(às) professores(as) e aos(às) funcionários(as) do Sistema em todos os níveis, pautada nos Direitos Humanos;
4. Criar fórum permanente para avaliar a educação na prisão;
5. Promover educação dialógica;
6. Construir projeto que contemple práticas pedagógicas interdisciplinares adequadas às peculiaridades das pessoas privadas de liberdade e tornar a educação princípio fundamental da reintegração social;
7. Conscientizar a sociedade civil, política e as pessoas privadas de liberdade da importância da educação
8. criar núcleos técnico-educacionais em todas as unidades prisionais
9. Oferecer educação religiosa para as pessoas privadas de liberdade
10. Ampliar o quadro de educadores;
11. Oferecer como temas transversais, os valores éticos e morais da sociedade;
12. Garantir material didático de boa qualidade em todas as unidades prisionais;
13. Credenciar todas as escolas do sistema prisional
14. Inserir a educação como um Direito e eixo de ressocialização em toda a política penitenciária;

2. Proposta para os Direitos na Prisão

1. Garantir, ao menos, dois defensores públicos para cada estabelecimento prisional
2. Garantir a participação de defensores públicos nos processos administrativos disciplinares nas prisões
3. Garantir, nas unidades prisionais, a atribuição da defensoria pública para atuar na execução penal
4. Garantir o direito ao trabalho e renda nas unidades prisionais e fora delas para os egressos(as) e liberados(as)
5. Considerar as condições legais das pessoas privadas de liberdade
6. Oferecer garantias de vida a presos com risco de morte nas Unidades Prisionais
7. Oferecer tratamento igualitário a todos os familiares, pessoas privadas de liberdade e terceiros interessados;
8. Divulgação ampla e clara de todos os direitos do preso nas unidades prisionais
9. Campanha junto à sociedade para que olhemos para o preso com amor e respeito
10. Assistência judiciária mais célere
11. Promover encontros entre os apenados para que três sejam escolhidos para representá-los em eventos internos
12. Garantir o direito à integridade física
13. Garantir o direito à inclusão social
14. Garantir o direito ao lazer
15. Garantir a prática dos direitos humanos nas unidades prisionais
16. Tornar transparente qualquer ação quanto a punição ou regalia
17. Garantir assistência material, educacional e religiosa ao egresso e liberado
18. Melhorar a Assistência Jurídica e Religiosa

19. Garantir a Educação básica, profissional e universitária como Direito e não como Assistência
20. Instituir a proposta de criação do Estatuto do Preso

3. Propostas para o Mercado informal e ilícito na Prisão

1. *Instituir um Regimento Unificado para controle da circulação de bens no Sistema Prisional*
2. *O Estado deveria comercializar produtos produzidos dentro do sistema, como bolas, artesanato, quadros, peças artísticas, pão, produtos agrícolas, ressaltando pagamento justo à pessoa privada de liberdade que os produziu*
3. *Estado assumir o seu papel de fornecedor dos produtos básicos para às pessoas privadas de liberdade*
4. *Acabar com o tráfico de entorpecentes*
5. *Tirar as cantinas do interior das prisões*
6. *Aumentar controle da entrada de drogas lícitas nos presídios*
7. *Criar mecanismos de controle para o acesso a bens materiais no sistema prisional, reprimindo o “pedágio”, responsabilizando por esta prática a administração penitenciária.*

O resultado final totalizou o número de 93 propostas, versando sobre os cinco temas referentes à prisão que foram apreciados durante a Conferência Livre- A Prisão como Instrumento de Segurança Pública

9. Informar como o Texto-base foi utilizado na Etapa

A Conferência Livre A Como Instrumento de Segurança Pública foi orientada a partir de dois textos-base. O primeiro, o texto-base da Conferência Nacional de Segurança Pública seguiu como eixo-temático, permeando transversalmente todas as exposições e todos os debates, considerando os sugeridos, foi incluída a apreciação de pelo

menos quatro deles em cada eixo apresentado. Assim, ao se abordar, por exemplo, segurança nas prisões, eram vistos conteúdos como: financiamento, gestão democrática e participativa, valorização profissional, atendimento emergencial, eixos cuja racionalidade se torna necessária para o sucesso da execução de ações dirigidas à segurança pública nas prisões. Não obstante esse uso prático do texto, também no dia reservado à assembléia, para eleição de proposta, princípios e diretrizes, foi realizada a apresentação do texto nacional, pelo Rev. Manoel Moraes, Coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos –PE, que salientou os pontos mais relevantes do Texto-base e fez algumas sugestões para o aperfeiçoamento do mesmo. Contudo, a Conferência Livre também contou com um texto-base (cf. em anexo) em que constam a programação, a metodologia e em que se analisa a forma como a prática prisional tem se desenvolvido no país, denunciando a ineficiência dos seus objetivos e o tratamento deficitário que é empregado e que interdita a consecução da missão institucional. Com brevidade, expõe a situação atual de cada tema proposto: a segurança na prisão, a estrutura física e administrativa na prisão, a educação na prisão, os direitos na prisão e o mercado livre e ilícito na prisão. Assim, de forma complementar, os dois textos-base orientaram todo o processo e garantiram a extração de uma visão real sobre a prisão, daqueles que a conhecem profundamente.

10. Preencher a relação de Princípios priorizados no final da Etapa

Ordem de prioridade	Princípios
1	Princípio Geral – eleito por aclamação A prática prisional, que serve de instrumento para a

	segurança pública, deve ter como eixo-condutor para a sua execução a transversalidade da educação, nos seus aspectos instrucional, profissionalizante e cidadão. Exigindo-se, para todos os efeitos de execução: uma estrutura material sólida, humanizante; uma estrutura administrativa rigorosamente preparada, regida por pressupostos democráticos, de ampla participação, apta a impulsionar o cotidiano institucional, eximindo-se do repasse de autoridade para os presos; uma prática fundamentada no respeito e na aplicação de todos os direitos de forma universal, reclamando do Estado a obrigação provedora que interdicte todo e qualquer tipo de comércio interno às unidades prisionais. Tudo isso acompanhado pelo subsistema de segurança, que deve estar submetido, estritamente, ao mando da lei e ao controle interno da instituição e externo da sociedade.
2	<u>Princípio referente à Segurança na Prisão</u> Segurança norteadada pelo respeito aos direitos dos presos, servidores e famílias.
3	<u>Princípio referente à Segurança na Prisão</u> Segurança norteadada pela educação para todos.
4	<u>Princípio referente à Segurança na Prisão</u> Segurança norteadada pela humanização.
5	<u>Princípio referente à Segurança na Prisão</u> Segurança norteadada pela Educação humanizada.
6	<u>Princípio referente à Segurança na Prisão</u> Segurança norteadada pela respeito à cidadania.
7	<u>Princípio referente à Segurança na Prisão</u> Segurança norteadada pelo respeito às diferenças.
8	<u>Princípio referente à Segurança na Prisão</u> Segurança norteadada pela ordem, respeitando o direito do preso, e pela promoção da ressocialização.

9	<u>Princípio referente à Segurança na Prisão</u> Segurança norteada pelo respeito humano.
10	<u>Princípio referente ao Mercado Livre e Ilícito na Prisão</u> A circulação de bens deve ser promovida exclusivamente pelo Estado com controle institucional e social e com transparência.
11	<u>1 Princípio referente à Educação na Prisão</u> Educação como instrumento de promoção da dignidade humana.
12	<u>2 Princípio referente à Educação na Prisão</u> Educação norteada pela qualificação dos educadores
13	<u>3 Princípio referente à Educação na Prisão</u> A educação como base para o exercício da cidadania.
14	<u>4 Princípio referente à Educação na Prisão</u> Educação dirigida à inserção da pessoa privada de liberdade na sociedade e no mercado de trabalho.
15	<u>5 Princípio referente à Educação na Prisão</u> Promover Humanização das Relações interpessoais dentro do Sistema
16	<u>1 Princípio referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões</u> Estrutura física e administrativa norteada pelos Direitos Humanos.
17	<u>2 Princípio referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões</u> Estrutura física e administrativa norteada pelo princípio da legalidade.
18	<u>3 Princípio referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões</u> Estrutura física e administrativa norteada pelo respeito da proporcionalidade: Vagas/lotação/ efetivo de segurança/efetivo técnico.

19	<u>4 Princípio referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões</u> Estrutura física e administrativa norteada pelo controle de convivência nos presídios.
20	<u>5 Princípio referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões</u> Estrutura física e administrativa norteada pelo controle social.
21	<u>6 Princípio referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões</u> Estrutura física e administrativa norteada pela gestão Participativa.
22	<u>7 Princípio referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões</u> Estrutura física e administrativa norteada pela legalidade.
23	<u>8 Princípio referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões</u> Estrutura física e administrativa norteada pela reestruturação de espaços e gestão.
24	<u>1 Princípio referente aos Direitos na Prisão</u> Efetivação dos direitos na prisão norteada pelo princípio do exercício da cidadania.
25	<u>2 Princípio referente aos Direitos na Prisão</u> Efetivação dos direitos na prisão norteada pelo princípio da legalidade.
26	<u>3 Princípio referente aos Direitos na Prisão</u> Efetivação dos direitos na prisão norteada pelo controle social.

11. Preencher a relação de Diretrizes priorizadas no final da Etapa

Ordem de	Diretrizes	Informar o número
----------	------------	-------------------

prioridade		do Eixo Temático relacionado
1	Diretrizes para a execução do princípio geral: 1. garantir, nas unidades prisionais, a promoção da educação com qualidade, em todas as suas modalidades. (instrucional, profissionalizante e cidadã) 2. Transformar os espaços das prisões em conjunto arquitetônico humanizado, adequado, e apropriado à condição da pessoa do preso que permita relações humanizadoras. 3. Efetuar o controle social da implementação da política penitenciária através da gestão democrática. Sem a perda da responsabilidade dos agentes públicos, com aplicação d todos os direitos de forma universal.	
2	Diretriz referente à Segurança na Prisão 2 Criação de Secretaria Penitenciária, Escola Penitenciária, Participação da sociedade.	
3	Diretriz referente à Segurança na Prisão 3 Funcionamento adequado da Escola Penitenciária; Aumento de quadro de educadores; Condições logísticas adequadas.	
4	Diretriz referente à Segurança na Prisão 4 Valorização do profissional; Melhoria salarial como motivação profissional; Desmilitarização das prisões; Mudança de consciência.	

5	Diretriz referente à Segurança na Prisão 5 Tratamento igualitário para todos; Abolir a tortura nas prisões; Condições de habitat mais humanas; Elaboração de regras de convivência.	
6	Diretriz referente à Segurança na Prisão 6 Seleção para agentes penitenciários, através de concurso; Eleição para gestores de presídios.	
7	Diretriz referente à Segurança na Prisão 7 Utilização de metodologia específica, baseada na Pedagogia da diversidade Segurança norteadas por adequada estruturação Construção de presídios humanizados Construção de Presídio Escola Técnica Agrícola Construção de Presídio Escola Profissionalizante.	
8	Diretriz referente à Segurança na Prisão 8 Ocupar o preso acabando com a ociosidade; oferecer trabalho; Informar os presos sobre seus direitos e deveres.	
9	Diretriz referente à Segurança na Prisão 9 Capacitação dos profissionais; Valorização dos que fazem parte do sistema.	

10	Diretriz referente ao Mercado Livre e Ilícito na Prisão 1 Coibir entrada de drogas; organização da circulação de produtos legais; garantia de acesso aos produtos básicos; cumprimento da LEP no que concerne à assistência material da pessoa privada de liberdade; atenção à necessidade específicas de alimentação e medicamentos para doentes: diabéticos, aidéticos; identificar as habilidades profissionais dos presos para inseri-los no trabalho substituindo a renda advinda do mercado; proteção e apoio aos agentes públicos que combatem o poder paralelo, advindo de mercado ilícito; implantação de aparelhos modernos para o monitoramento interno do presídio e de tudo que entre nele.	
11	Diretriz referente À Educação na Prisão 1 Educar para permitir escolhas conscientes; igualdade de oportunidade para todos, respeitadas as diferenças. Educar com universalidade, integridade e equidade, Sensibilizar a sociedade sobre o respeito ao ser humano; políticas públicas de emprego para o ressocializado;	
12	Diretriz referente à Educação na Prisão 2 Oferecer formação continuada aos(as) educadores(as); Obter mais investimentos para a educação.	
13	Diretriz referente à Educação na Prisão 3 Fortalecimento dos aspectos positivos trazidos pelas pessoas privadas de liberdade; priorizar a família nas políticas públicas;	

14	Diretriz referente à Educação na Prisão 4 Informar sobre a realidade do mercado de trabalho;oferecer educação profissional adequada ao mercado de trabalho; identificar a aptidão da pessoa privada de liberdade e oferecer oportunidade de exercitá-la no trabalho, políticas públicas de emprego para o ressocializado.	
15	Diretriz referente à Educação na Prisão 5 Estreitar as relações de todos os atores do sistema penitenciário;	
16	Diretriz referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões 1 Respeito aos direitos de educação,saúde e lazer incluindo tratamento odontológico; Valorização dos profissionais e dos presos; Promover formação para presos e profissionais do Sistema, regularmente; Ambientes mais higiênicos Espaço para a família dos presos; Rever processos e implementar nova cultura administrativa	
17	Diretriz referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões 2 Otimizar a assistência jurídica aos presos; Promover interação com segmentos de fora do Sistema Prisional: Defensoria Pública, Ministério Público, Justiça, Associação de familiares, instituições sociais; Conceber regras mínimas internas como o estatuto do preso.	
18	Diretriz referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões 3 Prisões com lotação máxima de 500 presos Norma dispondo sobre o limite de vagas, para que não ocorra superlotação; estabelecimento de efetivo mínimo para cada prisão; Concurso público para técnicos, advogados, psicólogos e assistentes sociais, com plano de cargos e salário; Participação federal com recursos para ações estruturais.	

19	Diretriz referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões 4 Um preso por cela; Equipe de assistência multidisciplinar, operando 24 horas por dia; Ampliação de dotação orçamentária para o Sistema prisional.	
20	Diretriz referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões 5 Ouvidoria popular; Ouvidoria de gestão; orçamento participativo.	
21	Diretriz referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões 6 Controle externo; Sensibilização do poder executivo; Fórum permanente de debates; Participação dos funcionários nas decisões políticas voltadas ao Sistema penitenciário.	
22	Diretriz referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões 7 Cumprimento da LEP e Constituição; Apuração das arbitrariedades cometidas pelo estado; Apuração da existência de estado paralelo nas prisões.	
23	Diretriz referente à Estrutura Física e Administrativa nas Prisões 8 Reformar as unidades prisionais; Respeitar os direitos à alimentação, saúde e educação; Tratar com dignidade os presos; Comunidade e administração juntas para discutir a construção física e a administração dos presídios; Criação de plano de cargos e carreira; Criação de Secretaria Penitenciária Estadual; Censo para apurar a realidade prisional; Observar parâmetros arquitetônicos adequados a um atendimento humanizado, de acordo com o limite máximo de 500 vagas.	
24	Diretriz referente aos Direitos na Prisão 1 Garantia dos direitos humanos a todas às pessoas privadas de liberdade; implementação de núcleo de Defensoria Pública em cada unidade prisional.	

25	Diretriz referente aos Direitos na Prisão 2 Observância da Constituição Federal; Buscar efetivo cumprimento da Lei das Execuções Penais; Buscar efetivo cumprimento da regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros, da ONU.	
26	Diretriz referente aos Direitos na Prisão 3 Criação de espaços midiáticos com portal do sistema prisional para exposição da situação na qual se encontram os detentos, relatório de gestão de material contábil constando a movimentação financeira, como acesso a usuários, para monitoramento e acompanhamento das unidades prisionais; Abertura das unidades prisionais à imprensa, com direito a filmagem.	

12. Breve avaliação da Etapa

A avaliação que se pode fazer sobre a realização da Conferência Livre- A prisão como Instrumento de Segurança é de total aproveitamento e consequente sucesso. Todos os participante demonstraram satisfação com o trabalho realizado, acreditam que ele possa ter repercussão nacional e respeito local, os organizadores consideram que ainda precisariam de mais tempo para incluir pelo menos dois temas que não obteve nas discussões a necessária profundidade, ficando uma indicação de superficialidade, em questões tão importantes como o trabalho do presos e sua saúde. Contudo, estão conscientes de que o ineditismos de trabalho no país, e a seriedade com que foi conduzida, pode se tornar uma grande colaboração para executores de políticas públicas que demonstram compromisso com as questões mais gritantes do país e, para resolvê-las, pretendem investir vontade política.

Bloco III – Lista de Presença

Preencher os campos relacionados na tabela abaixo, relativa aos participantes da Etapa. Deve-se inserir quantas linhas forem necessárias para o completo preenchimento da tabela.

LISTA DE PRESENÇA MODELO

Número	Nome Completo	Instituição / Organização que atua	Município de residência	Telefone (com DDD)	E-mail
1	ADRIANA CARLOS FERREIRA	Estudante de Direito- UNICAP	Recife - PE	(081) 92894025	dricaadriana1989@yahoo.com.br
2	ALBANICE SANTOS PINHEIRO GONÇALVES				
3	ALDINEIDE ALVES AFONSO	Pastoral Carcerária	Recife- PE	(081) 9602-5141	
4	AMILTON VIDOTTO	Estudante de Direito UNICAP	Recife-PE	(081)3224-3341	amiltto@yahoo.com.br
5	ANA GORETTE DE MENÊSES	Penitenciária São João	Itamaracá – PE	(081) 8859-4820	dinhoasp@hotmail.com
6	ANA LÍVIA FERNANDES SANTOS	Estudante FAFIRE	Recife-PE	(081) 8805-0558	analiviafs@hotmail.com
7	ANA LUIZA RODRIGUES COSTA	Presídio Aníbal Bruno	Recife -PE	(081) 8720-6879	Anacosta13@hotmail.com
8	ANA MARIA OLIVEIRA DE MOURA	Colônia Penal Feminina do Recife	Recife-PE	(081) 3184-2249	anamoura1986@hotmail.com
9	ANA VÍRGÍNIA LIMA HENRIQUES	Sindicato dos Trabalhadores da Educação de PE	Recife- PE	(081) 9959-4887	presanosenor@bol.com.br
10	ANDRÉ CARNEIRO LEÃO	Defensoria Pública da União	Recife-PE	(081) 88225127	andrecarneiro.dpu@gmail.com
11	ÂNGELA MARIA PONTES DOS SANTOS	Secretaria de Defesa Social PE	Bezerros -PE	(081) 37282745	angelameritos@yahoo.com.br
12	ANTONIO ROBSON MACIEL DE AQUINO	Secretaria de Ressocialização	Jaboatão-PE	(081) 3184-2161	robsonaquino@ibest.com.br
13	ARISTÓTELES CUSTÓDIO DA SILVA	Secretaria de Ressocialização	Recife -Pe	(081) 3184-2170	aristoteles.custodio@gmail.com
14	ARY SEVERINO DOS ANJOS	aposentado INSS	Recife-Pe	(081)3251-8573	anhos_claudia@hotmail.com
15	AURICEA FERREIRA DOS SANTOS	Conselho de	Recife-Pe	(081) 9656-2469	margajeronimo@hotmail.com

		Moradores do Córrego do Euclides			
16	BARBARA MONIQUE S. DA SILVA				
17	BERNADETE ALVES DOS SANTOS	Instituto Paulo Freire	Recife-PE	(081) 8797-3032	Berna.alves@bol.com.br
18	CAMILA LAÍS GONZAGA LUCENA	Estudante UFPE	Paulista -PE	(081) 8714-7969	mila.lais@yahoo.com.br
19	CAMILA LOPES SANT'ANA	Estudante UFPE	Recife-Pe	(081) 92366089	cxt_s@hotmail.com
20	CARLOS ALBERTO FERREIRA DE BRITO	Secretaria de justiça e Direitos humanos	Recife-PE	(081) 3183-3179	cbritocarlos@gmail.com
21	CARLOS ANTÔNIO ALVES DE FREITAS	ADUSEPS	Recife-PE	(081) 9155-8421	carlosalvesfreitas@hotmail.com
22	CARMECINDA MARCELINA DOS SANTOS	Associação de Mães Solteiras	Recife- PE	(081) 34495023	
23	CARMEM LÚCIA DE A. SILVA				
24	CÉLIA MARIA DA SILVA	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	Recife-PE	(081) 3183-3176	celia.silva@sedsdh.pe.gpv.br
25	CÉLIO SANTOS				
26	CÍCERO EVERTON GOMES SOARES	Desempregado	Salgueiro- PE	(087) 8815-6689	
27	CLEONICE DA SILVA VIANA	Fórum de Mulheres de PE	Recife – PE	(081) 3477-7395	margajeronimo@hotmail.com
28	CRISTIANE ROBERTA VIEIRA SILVA	Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino	Recife-PE	(081) 8839-0039	robertavieira@msn.com
29	DAVIDSON GOMES SILVA SANTOS	Estudante UFRPE	Recife- PE	(081) 8891-4599	davidsondt@bol.com.br
30	DESIDÉRIA MARIA DE MACÊDO	Secretaria de Educação PE	Olinda - PE	(081) 9921-0312	desimarcedo@hotmail.com
31	DULCIDALVA CRUZ DA COSTA	Penitenciária São João	Itamaracá – PE	(081) 8830-9387	dinhoasp@hotmail.com
32	EDNEIDE CESARIO	Grupo Mulher Maravilha	Recife- PE	(081) 3441-7521	gmulhermaravilha@yahoo.com.br

33	EDVALDO VITÓRIO DA SILVA	Secretaria de Ressocialização	Recife - PE	(081) 9488-2092	Edvaldo.vitorio@hotmail.com
34	EDVANY MARIA DE OLIVEIRA E SILVA				
35	ELIENE VAREJÃO DE ANDRADE	Ministério da Saúde	Recife-PE	(081) 3453-5901	elyandra@click21.com.br
36	ELIZABETH RIETRA ROMERO	Fundação de Atendimento Socioeducativo	Recife- PE	(081) 3184-2151	rietravianna@uol.com.br
37	ELMA CRISTINA DA SILVA MONTEIRO	Governo do Estado de PE	Caruaru - PE	(081) 3722-0223	bela.elmamonteiro@yahoo.com.br
38	EMIDE'ANNE CRISTINA DO S. ALMEIDA				
39	FÁTIMA DO NASCIMENTO SILVA				
40	FERNANDO FERREIRA DE MELO				
41	FLÁVIA VERÔNICA DE LIRA MELO	Fundação Joaquim Nabuco	Recife - Pe	(081) 9272-4207	flaviavlm@hotmail.com
42	FRANCINETO DOS SANTOS LIBERATO PEREIRA	Penitenciária	Recife - PE	(081) 8773-4049	francineto_santos@hotmail.com
43	FRANCISCO DE FIGUEIREDO MATOS JÚNIOR	Estudante de Direito da Facul. Guararapes	Recife-PE	(081) 3241-5180	ffmj@bol.com.br
44	FRED DE ALMEIDA CALDAS	Advogado do Sistema Penitenciário	Recife - PE	(081) 9975-0430	lorenzalemos@yahoo.com.br
45	GEORGE JOSÉ FELICIANO DOS PRAZERES	Médico do Hospital de custódia e Tratamento Psiquiátrico	Itamaracá- PE	(081) 8844-4931	
46	GEORGIA FRANÇA DE ALMEIDA				
47	GERALDO SEVERIANO DA SILVA	Secretaria de Ressocialização	Recife-PE	(081) 9488-2092	
48	GILDO JOSÉ DA SILVA	Fundação Joaquim Nabuco	Recife- PE	(081) 3073-6767	
49	GILVETE CRISTINA FERREIRA DE BRITO	Secretaria de Justiça	Recife- PE	(081) 8883-6990	gcrisbrito@hotmail.com

		e Direitos humanos			
50	GISELE MARIA DE SOUZA	Colônia Penal Feminina	Recife-Pe	(081) 9961-7486	giselemariasouza@yahoo.com.br
51	HÉRCULES GONÇALVES DOS SANTOS	Fundação Joaquim Nabuco	Recife- PE	(081) 3073-6767	
52	HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO	Secretaria de Ressocialização	Recife – PE	(081) 3184-2151	rietravianna@uol.com.br
53	IÊDA CUSMÃO MUNIZ	Secretaria de educação PE	Recife-PE	(081) 3451-2158	
54	IRATAN DIAS DE SOUZA	Pastoral Carcerária	Recife - PE	(081) 9454-2922	iratan@msn.com
55	IRIS MARIA VIEIRA DE LIMA	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	Serra Talhada PE	(087) 3831-1328	
56	IRONEIDE DINIZ DE ARAÚJO M. SILVESTRE				
57	ISABEL CRISTINA FERREIRA	Movimento Brasil	Recife-PE	(081) 8827-3264	isabelcristina_ferreira@yahoo.com.br
58	ISAURA DE ALBUQUERQUE CÉSAR	Fundação Joaquim Nabuco	Recife- PE	(081) 3073-6478	Isaura.cesar@fundaj.gov.br
59	ITAMAR MANOEL FREIRE DA SILVA	PM- PE	Recife - PE	(081) 3181-3529	md.itamar@yahoo.com.br
60	IVONE JOSÉ DE FRANÇA				
61	IZABEL CRISTINA SAMPAIO GUIMARÃES	Pastora Carcerária	Recife-PE	(081) 3274-2581	titinha.pink@hotmail.com
62	JAMESSON TAVARES DA SILVA	Fundação Joaquim Nabuco	Recife- PE	(081) 3073-6363	
63	JANDIRA MARCELINO DOS SANTOS	Centro de Apoio às Crianças Carentes	Recife-PE	(081) 3449-5023	aguilherme_2@hotmail.com
64	JANDUIR FERREIRA DO NASCIMENTO	Presídio Bom Pastor	Recife-PE	(081) 3484-0285	janduirnascimento@hotmail.com
65	JOÃO ORLANDO ALVES	Advogado	Recife- PE	(081) 3227-2550	joaoorlandoalves@yahoo.com.br
66	JOSÉ CARLOS RAMOS DA SILVA	Presídio Aníbal Bruno	Recife-Pe	(081) 3184-2272	carlostype@hotmail.com
67	JOSÉ IEDO CAVALCANTI FERRAZ FILHO	Estudante UFPE	Recife - PE	(081) 9642-2908	iedoferraz@gmail.com

68	JOSÉ MARCOS FALCÃO DE SOUZA				
69	JOSÉ NIVALDO DA SILVA	Igreja Católica de Nazaré	Vertentes – PE	081-99849698	pnivaldo@yahoo.com.br
70	JOSÉ PIRES DE SOUZA FILHO	PM- PE	Recife- PE	(081) 3181-1710	
71	JOSÉ RICARDO FERREIRA DE LIMA	PM-PE	Recife-PE	(081) 8805-7555	sargentoricardorecife@gmail.com
72	JOSE ROBERTO DA SILVA	Promotor de Justiça MPPE	Recife-PE	(081) 9973-5440	jrsilva@mp.pe.gov.br
73	JOSÉ ROBERTO VIEIRA DE LIMA	CBMPE	Recife-PE	(081)3221-0374	
74	JOSEILDA CAVALCANTE DE MELO				
75	JOSIAS SILVA JUNIOR	Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino	Recife - PE	(081) 3077-8834	Josias_1981@hotmail.com
76	JÚLIA ROCHA	Estudante FAFIRE	Recife-PE		
77	KATIA MARIA DE CAVALCANTI	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	Recife-PE	(081) 9426-8422	
78	KRISNAMOURTH S. FERREIRA	Presídio Aníbal Bruno	Recife-PE	(081) 9753-9396	kris.69@hotmail.com
79	LAUDECINA ALVES PEREIRA	Prefeitura do Recife	Recife - PE	(081) 3232-8921	laudecina@recife.pe.gov.br
80	LEIDA MARIA LOPES	Secretaria de Ressocialização	Recife-PE	(081) 3184-2170	leida.lopes@yahoo.com.br
81	LENILSON BATISTA	Pastoral Carcerária	Recife- PE		
82	LÍDICE CARDIM BRITTO				
83	LILIANE MEDEIROS DOS SANTOS	Secretaria de Justiça e Diretos Humanos	Recife-PE	(081) 8783-9922	Liliane_demedeiros@hotmail.com
84	LINDINALVA ETELVINO DE SOUZA	Penitenciária Barreto Campelo	Recife-PE	(081) 8667-7840	
85	LORENZA PINTO LEMOS	Sistema Penitenciário de PE	Recife - PE	(081) 9488-2112	lorenzalemos@yahoo.com.br
86	LUCYLVIA MARIA CORDEIRO DA SILVA	Secretaria de	Utapissuma-	(081) 9245-8700	cylvia.maria@yahoo.com.br

		Educação de PE	PE		
87	LUIZ FELIPE DA SILVA	Prefeitura do Recife	Recife - PE	(081) 3232-8094	luizfelipe@recife.pe.gov.br
88	LUIZ LIRA FILHO				
89	LUIZA MARIA RODRIGUES COSTA	Presídio Aníbal Bruno	Recife-PE	(081) 8840-4161	luizamrcosta@hotmail.com
90	MARCOS AURÉLIO RAMOS DA SILVA	Federação Ibura Jordão	Recife-PE	(081) 3477-0483	aurelio_dasilva@bol.com.br
91	MARGARIDA JERÔNIMO DA SILVA	Fórum de Mulheres de PE	Recife- PE	(081) 3226-1263	margajeronimo@hotmail.com
92	MARIA ALELUIA MARANHÃO	Ministério Público de PE	Recife-PE	(081) 3182-7401	maleluiam@hotmail.com
93	MARIA ANGELITA PATRÍCIO BEZERRA				
94	MARIA APARECIDA SARMENTO MAIA	Secretaria de Ressocialização	Recife- PE	(081) 8863-4141	aparecidasarmento@hotmail.com
95	MARIA BETÂNIA GOÉS	Secretaria de Educação	Recife – PE	(81) 3543 9013	
96	MARIA CAROLINA BATISTA GOMES	Secretaria de Ressocialização	Recife- PE	(081) 3184-2161	loubatista@yahoo.com
97	MARIA CRISTINA CAMPOS GOMES	Estudante ESURP	Recife -PE	(081) 3268-2378	cristacampos@hotmail.com
98	MARIA CRISTINA LIMA	Acesso Economia e Soluções Sociais	Recife-PE	(081) 3423-8583	
99	MARIA CRISTINA SOUZA DOS SANTOS	Estudante UFPE	Recife-PE	(081) 3525-1382	lukshimi@hotmail.com
100	MARIA DA GLÓRIA PAULO DOS SANTOS				
101	MARIA DA LUZ SABINO MOTTA	Hospital de Custódia De Tratamento Psiquiátrico	Recife-Pe	(081) 3548-1471	esc.632.medicoruy@hotmail.com
102	MARIA DE FÁTIMA FERNANDES DIAS	Hospital de Custódia De Tratamento Psiquiátrico	Recife-PE	(081) 3548-1471	
103	MARIA DE FÁTIMA P. A FRANÇA				

104	MARIA DE FÁTIMA P. P. DO RÊGO	Penitenciária São João	Itamaracá – PE		
105	MARIA DE FÁTIMA PESSOA PAIVA DO RÊGO	Penitenciária São João	Itamaracá – PE	(081) 8602-7807	dinhoasp@hotmail.com
106	MARIA DE LOURDES ARAÚJO LUNA	Grupo Mulher Maravilha	Recife- PE	(081) 3441-7521	gmulhermaravilha@yahoo.com.br
107	MARIA ELIANDE ANDRADE COSTA E SILVA	Presídio Bom Pastor	Recife-PE	(081) 3453-3522	eliande.andrade@hotmail.com
108	MARIA INEZ LIMA DE ALMEIDA	Secretaria de Educação de PE	Recife-PE	(081) 9968-9080	ejapernambuco@hotmail.com
109	MARIA JOSÉ BEZERRA DE FRANÇA	Escola Penitenciária de PE	Recife-PE	(081) 3184-2225	zinhafranca@hotmail.com
110	MARIA JOSÉ DA COSTA XAVIER	Escola Joel Pontes	Recife-PE	(081) 3454-6826	mjcxavier@hotmail.com
111	MARIA JOSÉ DAS CHAGAS	Penitenciária Barreto Campelo	Recife-PE	(081) 3544-9013	
112	MARIA JOSÉ DE LIMA	Hospital de Custódia e tratamento Psiquiátrico	Recife-PE	(081) 92711273	lima.zeze@yahoo.com.br
113	MARIA LEMOS DE ANDRADE				
114	MARIA LUÍZA TAVARES NETA	Advogada	Recife- PE	(081) 3236-6257	maluneta@msn.com
115	MARLUCE M. DE SOUZA				
116	MICÉLIA NASCIMENTO DA SILVA	Escola Poeta Olegário Mariano	Recife-PE	(081) 3544-9013	
117	MONICA TEREZA N. DOS SANTOS	Secretaria de Educação	Recife-PE	(81) 8830-5700	
118	NADJAIR MARIA CHAVES	Presídio Aníbal Bruno	Recife-Pe	(081) 3454-9224	
119	NATÁLIA REGINA BORBA DE SÁ	Ministério Público Federal	Recife- PE	(081) 3455-2732	nataliareginab@yahoo.com.br
120	NEUZA F. CONCEIÇÃO				
121	NIVALDO DE OLIVEIRA JÚNIOR	Secretaria de	Recife - PE	(081) 8842-9809	nivaldojr25@oi.com.br

		Ressocialização			
122	NIVALDO NETTO	Fundação Joaquim Nabuco	Recife- PE	(081) 3073-6767	
123	PATRICIA CARLA LIMA DE OLIVEIRA	Secretaria de Justiça e Direitos humanos PE	Recife- PE	(081) 3183-3175	paty_carla30@hotmail.com
124	PAULA BEATRIZ DE SOUZA MAFRA				
125	PEDRO AUGUSTO PRUDÊNCIO DE C. FILHO	Estudante	Recife-PE	(081) 8837-1983	Pedrinho_vasco83@hotmail.com
126	PETRÔNIO GERALDO DO RÊGO VALENÇA FILHO	PM-PE	Recife-PE	(081) 3432-3612	valenca_cap@hotmail.com
127	RAIMUNDO FERREIRA DE ARRUDA	Secretaria de Educação PE	Recife -PE	(081) 8755-8062	raimarruda@yahoo.com.br
128	REGINALDO PEREIRA DE ALMEIDA	Secretaria de Ressocialização	Recife-PE	(081) 3445-8826	
129	RENATO PINTO DE MEDEIROS	Sistema Penitenciário	Recife-PE	(081) 3184- 2157	renatopinto@seres.pe.gov.br
130	RICARDO ANDRADE DE ALBUQUERQUE	PM- PE	Recife-PE	(081) 3181-3500	13bpm13@gmail.com
131	RICARDO FABRÍCIO DE ANDRADE BARBOSA	PM-PE	Recife-PE	(081) 3074-9107	
132	RICARDO LIMA DO NASCIMENTO JÚNIOR	Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega	João Pessoa PB	(083) 3218-4397	ricolimajr@hotmail.com
133	RICARDO RAPOSO DA COSTA PEREIRA	Secretaria de Educação	Recife-Fe	(081) 8867-1198	
134	RILDO MANOEL CARDOSO		Recife-PE		rildocardoso@yahoo.com.br
135	ROSA MARIA MACHADO DE LIMA CASTRO	Secretaria Executiva de Ressocialização	Recife-PE	(081) 3445-8826	rosammlima@hotmail.com
136	ROSALBA DA SILVA BARROS		Recife-PE	(081) 87941965	
137	RUDRIGO RAFAEL SOUZA E SILVA				
138	RUSTEMBERG ANTÔNIO DA SILVA		Recife- PE	(081) 9432-1583	

139	SANDRA TRAJANO DA SILVA OLIVEIRA	Esc. Juiz Antônio Luiz Lins de Barros	Ilha de Itamaracá- PE	(081) 3433-8590	sandratoliveira@oi.com.br
140	SEBASTIÃO CÂNDIDO	Fundação Joaquim Nabuco	Recife-PE	(081)3073-6767	
141	SILVIO ROBERTO PEREIRA DA COSTA	Fundação Joaquim Nabuco	Recife-PE	(081)3073-6251	silvioroberto@hotmail.com
142	SÔNIA MARIA DE ANDRADE NASCIMENTO	Hospital de Custódia De Tratamento Psiquiátrico	Recife –PE	(081) 3548-1104	
143	SUELI MENÊZES PÊSSOA DA COSTA	Penitenciária São João	Itamaracá – PE	(081) 8683-8779	dinhoasp@hotmail.com
144	SUZANA TELLES ALVES VELOSO	Penitenciária São João	Itamaracá – PE	(081) 8800-8473	dinhoasp@hotmail.com
145	TERESA S. DE OLIVEIRA MELO SILVA	Secretaria de Educação	Recife-PE	(081) 34285490	
146	VANETE ALMEIDA	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	Serra Talhada PE	(087) 3831-1328	redelac@terra.com.br
147	VERA LÚCIA MARIA DE SOUZA		Recife-PE		vera.lucia.desaouza@hotmail.com
148	VERA LÚCIA MONTENEGRO BURGOS	Presídio do Bom Pastor	Recife – PE	(081) 3453- 3522	verabusrgos@yahoo.com.br
149	VERA LÚCIA VICENTE DA SILVA	Ministério da Fazenda de PE	Recife - PE	(081) 3797-5287	lulucias@ig.com.br
150	VERONICA MARIA DE OLIVEIRA	Penitenciária São João	Itamaracá – PE	(081) 8859-4820	dinhoasp@hotmail.com
151	VIANEIDE MARIA DA SILVA	Estudante AESO	Recife-PE	(081) 3455-2009	vianeidesilva50@gmail.com
152	VLADEMIR MARINS	Presídio Aníbal Bruno	Recife – PE	(081) 8810-8019	mariinss@gol.com.br
153	WILMAR VARGÃO GAMA	Fundação Joaquim	Recife-PE	(081)3073-6363	

		Nabuco			
154	YARA MARCELINO DOS SANTOS		Recife- PE	(081) 3449-1237	
155	ZULEIDE LIMA DE OLIVEIRA	Secretaria de Justiça e Direitos humanos	Recife-PE	(081) 3183-3175	zul_oliveira@hotmail.com

Bloco IV – Lista de representantes eleitos

As etapas preparatórias **não devem** preencher este bloco. Neste caso, favor pular este bloco e ir direto ao Bloco V (Anexos).

O preenchimento deste Bloco IV é restrito às Etapas Eletivas da Conferência (Municipais Eletivas e Estaduais) e os dados solicitados **devem ser integralmente preenchidos** sob a pena de os representantes não serem validados pela Comissão Organizadora Nacional.

Cada representante eleito(a) na Etapa deverá preencher o Formulário seguinte.

FORMULÁRIO DE REPRESENTANTE ELEITO(A)

DADOS PESSOAIS			
NOME COMPLETO			
Nº IDENTIDADE	Órgão Expedidor	CPF	
NOME DA MÃE			
DATA NASCIMENTO		NATURALIDADE	
LOCAL DE TRABALHO		CARGO/FUNÇÃO	
EMAIL (pessoal ou institucional)			
ENDEREÇO DE CONTATO			
Rua		BAIRRO	
CIDADE / UF		CEP	
TELEFONE P/ CONTATO (com DDD) ()	FAX ()	CELULAR (com DDD) ()	
DADOS BANCÁRIOS			
NOME / CÓDIGO DO BANCO		AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
AEROPORTO DE EMBARQUE			
INFORMAÇÕES PESSOAIS			
É portador de alguma deficiência? SIM___ NÃO___ Se SIM, favor informar qual: _____			
Tem necessidade de acompanhante? SIM___ NÃO___			
Possui alergia a algum medicamento? SIM___ NÃO___ Se SIM, informar qual: _____			
Possui alguma restrição alimentar? SIM___ NÃO___ Se SIM, informar qual: _____			

Bloco V – Anexos

Alguns materiais podem ser anexados neste Relatório, desde que contribuam para registrar, informar e contextualizar a Etapa, dentre eles:

- Fotos
- Links de reportagens
- Documentos de apoio e de divulgação (textos, cartilhas, folders, cartazes, etc)
- Regimento Interno

